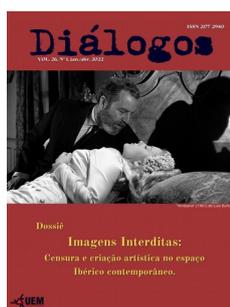


BOTTON, Fernando Bagiotto. Escalas de poder: masculinidades, política e progresso no nordeste brasileiro dos anos 1940.



Diálogos

ISSN 2177-2940



Escalas de poder: masculinidades, política e progresso no nordeste brasileiro dos anos 1940.

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v26i1.55953>

Fernando Bagiotto Botton

 <https://orcid.org/0000-0001-9746-6832>

Universidade Estadual do Piauí (UESPI): Parnaíba-PI, BR E-mail: fernandobotton@phb.uespi.br

Scales of power: masculinities, politics and progress in brazilian northeast of the 1940s.

Abstract: We seek to understand some relationships between masculinity and political power from a multispace perspective. We will work with three main arguments: 1) the continuity of gender/masculinity symbolic-discursive structures between the national, state and municipal spheres from the exaltation of the personality of political and economic leaders; 2) the constitution of an automatic correlation between masculinity and the notions of national/regional progress and development, articulating political and gender structures to the local economic elites in the city of Parnaíba-Piauí; 3) understand some theoretical developments regarding the spatiality of relational spheres, especially from the notion of geography of masculinities.

Key words: Masculinities; policy; progress; spatialities.

Escalas de poder: masculinidades, política y progreso em el nordeste brasileño de los años 1940.

Resumen: Buscaremos comprender algunas relaciones entre masculinidad y poder político por una perspectiva multiespacial. Trabajaremos con tres argumentos principales: 1) la continuidad de poderes y estructuras simbólico-discursivas de género/masculinidad entre las esferas nacionales, provinciales y municipales a partir de la exaltación de la personalidad de los jefes políticos y económicos; 2) el establecimiento de una correlación automática entre masculinidad y las nociones de progreso y desarrollo nacional/regional, articulando las estructuras políticas y de género a las élites económicas locales de la ciudad de Parnaíba-Piauí; 3) comprender algunos desdoblamientos teóricos con relación a la espacialidad de las esferas relacionales por medio de la noción de geografía de las masculinidades.

Palabras clave: Masculinidades; política; progreso; espacialidades.

Escalas de poder: masculinidades, política e progresso no nordeste brasileiro dos anos 1940.

Resumo: Buscaremos compreender algumas relações entre masculinidade e poder político sob perspectiva multiespacial. Trabalharemos com três argumentos principais: 1) a continuidade de poderes e estruturas simbólico-discursivas de gênero/masculinidade entre as esferas nacionais, estaduais e municipais a partir da exaltação da personalidade dos chefes políticos e econômicos; 2) o estabelecimento de uma correlação automática entre masculinidade e as noções de progresso e desenvolvimento nacional/regional, articulando as estruturas políticas e de gênero às elites econômicas locais da cidade de Parnaíba-PI; 3) compreender alguns desdobramentos teóricos no tocante à espacialidade das esferas relacionais à partir da noção de geografia das masculinidades.

Palavras-chave: Masculinidades; política; progresso; espacialidades.

Recebido em: 22/09/2020

Aprovado em: 16/09/2021

Poder, virilidade e progresso no *Livro do Centenário de Parnaíba*.

No fatídico ano de 1945 foi publicado um suntuoso livreto intitulado *O Livro do Centenário de Parnaíba: estudo histórico, corográfico, estatístico e social do município de Parnaíba* da organização do professor Benedicto Jonas Correia e do empreendedor gráfico Benedicto dos Santos Lima (1945) em que, obviamente, se comemorava o centésimo aniversário da lei que promulgou a ascensão da vila de Parnaíba à categoria de cidade, que desde a época já era a segunda mais populosa do estado. Numa evidente discursividade cívica de orgulho regional a publicação traça um panorama geral da situação da cidade, dispensando uma totalidade de 417 páginas de alta gramatura e impecável diagramação contendo imagens, retratos, discursos, homenagens, dados históricos, censitários, econômicos, institucionais etc. repletos de informações geográficas, contábeis, estatísticas, políticas, econômicas, culturais e institucionais no intuito de produzir uma legítima corografia municipal. Esses são os elementos que tornam essa fonte histórica bastante rica e singular, trata-se de uma compilação de diversas tipologias de documentações estrategicamente organizadas e sequenciadas por uma elite econômica local que por meio dessa espécie de *espelho do Próspero* buscava constituir uma narrativa sobre a cidade e, por conseguinte, sob a distribuição hierárquica dos poderes locais, não abrindo mão de aliar-se à enunciação política predominante no período. Desta forma podemos considerar que, por seu intuito ufanista e (auto)enaltecedor, tal documento é absolutamente rico e autossuficiente no sentido simbólico-discursivo, especialmente se quisermos compreender as concepções, valores e perspectivas que as elites políticas e econômicas projetavam para a cidade da época.

Tendo em vista que a publicação foi lançada o ano que representou simultaneamente o auge e o declínio do Estado Novo brasileiro, podemos encontrar nessa compilação de documentos um tom simultaneamente conciliador e concorrente entre as narrativas das elites regionais com o furor ufanista da discursividade estadonovista ao esbanjar citações de intelectuais como Oliveira Vianna, Gustavo Capanema e o próprio Getúlio Vargas para assim legitimar com chancela nacional as interpretações e estruturações locais das relações de poderes. Nessa esteira, evidenciamos o desejo dessa elite econômica de equiparar-se simbolicamente com tal ideário quando reproduziu integralmente a *Canção do Trabalhador*, que serviu de prefácio às descrições sobre as atividades industriais, agrícolas e comerciais da cidade:

Nosso anseio constante, em verdade,
É fazer-te, Brasil, progredir.
Ver-te, ao toque da nossa vontade,
A criar, a crescer, a subir.

BOTTON, Fernando Bagiotto. Escalas de poder: masculinidades, política e progresso no nordeste brasileiro dos anos 1940.

Na cidade, no campo, na serra,
Trabalhando a riqueza da terra,
Nós daremos vigor,
Força, ideia, valor,
Ao triunfo que teu nome encerra.
Trabalhar é nossa glória,
Com esforço varonil,
Trabalhador sempre pela vitória
E a grandeza do nosso Brasil.
Em qualquer dos rincões que estejamos,
Quer no Centro, no sul ou no norte,
Pelo mesmo ideal pelejamos,
Que é forjar um Brasil rico e forte
É cercar de respeito profundo
O pendão auri-verde no mundo.
Grande povo viril!
Portentoso Brasil!
Vocação de um porvir fecundo
Trabalhar é nossa glória,
Com esforço varonil,
Trabalhador sempre pela vitória
E a grandeza do nosso Brasil.
(LIRA Apud CORREIA; LIMA, 1945, p. 120)

A proposital reprodução desse hino, ao sabor do panegírico civismo de orgulho nacional/regional típica do ideário estadonovista, demonstra uma articulação simbólica que foi vital para o estabelecimento das relações hierárquicas de poder e gênero naquela época: a rima entre “viril”, “Brasil” e “varonil”. Segundo a historiadora Maria Helena Capelato (2009) no ideário político daquele regime os valores de gênero que exaltavam a masculinidade do Estado Novo foram fartamente explorados na demanda pela construção de uma estrutura hierárquica de poder que sustentasse a autoridade e liderança de seu personificador, Getúlio Vargas, simultaneamente como pai da nação e chefe condutor dos destinos nacionais. Trata-se de uma continuidade de poderes tão antiga que pode remeter-se até mesmo aos teóricos contratualistas modernos tais como Jean Bodin ou Thomas Hobbes que alinhavam a autoridade governamental ascendentemente (com a divina) e descendentemente (com a paterna), num emaranhado sumamente patriarcal tal como estudado pela teórica feminista Carole Pateman (1993). Nessa união de instâncias entre estado, família e divindade se estabeleceu uma trama argumentativa que atribuiu às imagens masculinas (Deus-Pai-

BOTTON, Fernando Bagiotto. Escalas de poder: masculinidades, política e progresso no nordeste brasileiro dos anos 1940.

Rei) a preponderância hierárquica dos poderes de comando, governo e gerenciamento de si e, conseqüentemente, dos outros (HAROCHE; CASTEL, 2005). Desta forma, o elemento de gênero no campo político acabou se tornando um componente altamente pragmático na legitimidade e sustentação do poder governamental.

Nos parece evidente que esses mesmos mecanismos de conexão entre masculinidade e poder estão operando as tramas argumentativas do *Livro do Centenário da Parnaíba*, que já em suas primeiras páginas realiza efusiva “homenagem ao chefe da nação Dr. Getúlio Dorneles Vargas” (CORREIA; LIMA, p. 19-20). Na ocasião os organizadores realizam uma nota biográfica do líder político do Estado Novo percorrendo resumidamente os mesmos argumentos contidos no livro *Getúlio Vargas* (CARRAZONI, 1939) que na época era comumente referido como a biografia mais difundida e aceita pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Nessa ode à imagem do presidente em apenas duas páginas repete-se por quatro vezes o status de chefia de Vargas, duas vezes como “Chefe da Nação”, outra como “Chefe da Aliança Liberal” e outra como “Chefe do Governo Provisório” (CORREIA; LIMA, p. 19-20). Essa qualidade de chefia, reiteradamente articulada não é banal, possui suas raízes num movimento político-intelectual globalizado que passara a fundamentar poderes aos líderes da primeira metade do século XX, tanto totalitários como democráticos, agora compreendidos enquanto chefes (*leader, führer, vozhd, cheff* etc.) a comandar hierarquicamente seus subordinados compatriotas analogamente a um gestor empresarial, um pastor de rebanhos, um pai de família ou um condutor de veículos (COHEN, 2013). Nessas metáforas organicistas e corporativistas estabelecem-se algumas bases da noção de *autoridade* que circulou naquele período, diretamente relacionada às características pessoais daquele chefe/dirigente que para ser obedecido deve demonstrar reiteradamente seus atributos masculinos de racionalidade, ponderação, virilidade, etc.

Além do mais, na breve biografia de Vargas disposta no *Livro do Centenário de Parnaíba* também podemos citar a passagem que comenta: "Nos lares pobres, nas oficinas, nas fábricas, nas escolas, e até nos campos de guerra na Itália, o nome do Presidente Vargas é símbolo de confiança no destino do Brasil" (CORREIA; LIMA, 1945, p. 20). Esse caráter de reconhecimento público, por todos e até mesmo pelas classes mais baixas – próprio daquilo que posteriormente convencionou-se chamar por *populismo* – era muito atribuído aos grandes estadistas da época, tanto ao próprio Getúlio Vargas no Brasil quanto a outros presidentes como Juan Domingo Perón na Argentina. Nesse sentido as biografias e análises de personalidade daqueles líderes foram instâncias de legitimação de autoridade política, já que os estabeleciam simbolicamente não apenas como signatários de poder e chefia, mas, antes disso, como portadores de *traços de personalidade* caridosos, bondosos e socialmente necessários, nisso se inspiraria sua autoridade, não na ordem

autoritária mas no desejo íntimo e irrestrito de seus subordinados em obedecerem a tal líder que por seus traços pessoais conquista e quase hipnotiza as multidões. Essa personalidade paterna reivindicada pelas propagandas políticas de Vargas e Perón se estabeleceu como uma verdadeira linguagem de poder para a época, referência básica a todos aqueles que pretendiam compartilhar do usufruto das simbologias políticas no período. Nesse sentido podemos compreender esse argumento da personalidade viril do chefe como um sistema amplo de distribuição hierárquica de posições de poder, tanto na esfera da *pólis* – em referência ao grande líder da nação, todos seus governantes subalternos e servidores públicos – quanto na esfera privada da família, reforçando o valor patriarcal do chefe de família, que recebia melhores salários e também o rendimento das esposas e filhos para atuar como administrador e provedor do sustento físico e moral de seus dependentes. Nessas continuidades de poderes se multiplicava o alcance da autoridade do(s) chefe(s) da nação, abrangendo desde o Palácio do Catete até o íntimo dos lares familiares.

É esclarecedor se percebermos as formas com que, por meio desses poemas e do espelhamento da argumentação estadonovista à cidade de Parnaíba decidira então se aproveitar da aproximação simbólica e fonética entre virilidade e brasilidade para apropriar-se da mesma estrutura de poderes patriarcais que circulava em esfera nacional adaptando, aplicando, interpretando e construindo discursivamente as hierarquias políticas em esfera regional.

A tentativa de dar continuidade desses poderes, da esfera federal para a estadual e municipal, pode ser facilmente observada na própria distribuição das temáticas do *Livro do Centenário de Parnaíba*, que logo após a primeira e suprema homenagem ao “Chefe da Nação”, obrigatória em tempos de Estado Novo, decidira então expandir essa mesma homenagem ao “Chefe do Estado” Dr. Leônidas de Castro Melo e, na sequência, ao “Chefe do Município” Dr. Mirócles Campos Veras. Note-se novamente a importância do conceito de “chefia”, que não era a denominação oficial, uma vez que a atribuição oficial de Vargas era Presidente (ardorosamente constituída, uma vez que desde a promulgação do golpe de 1937 o DIP se esforçava sobremaneira para afastar a alcunha de ditador) bem como a dos demais seria interventor e prefeito. Essa atribuição de chefia aos três é, desde já, uma escolha simbólica dos editores do *Livro do Centenário* refletindo a própria narrativa política da época que tentava alinhar e legar continuidade de prestígio e protagonismo político às distintas esferas espaciais de poder.

Não bastasse essa homenagem, citando suas biografias políticas e elencando-se os traços de personalidade que fariam do interventor e do prefeito “homens humanitários” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 26), também se destinou uma passagem do pomposo livro para o discurso dos próprios homenageados, na ocasião da fundação do fálico Monumento do Centenário, até hoje ereto na Praça Santo Antônio, local de grande simbolismo por possuir em seu entorno os casarões das tradicionais

famílias de elite parnaibanas. No discurso do interventor do Piauí e do prefeito de Parnaíba ressaltaram-se os valores de progresso e civilização da cidade reforçando que isso seria resultado do esforço e da

predestinação de arrojadas iniciativas dos primeiros homens [...] sempre cultivaram com arrogante despreendimento os gestos largos e varonis [...] ficou, talvez, impregnado na alma de seus primeiros habitantes o germe da audácia criadora do bandeirante audaz [...] do inimaginável arrojo de plantar sua bandeira [...] a terra virgem sentia assim pela primeira vez o contacto de uma força nova que a subjugava, dominando a braveza de seu gentio e derrubando as suas matas portentosas para escravizá-la à civilização. Com as primeiras impreções que se recebem na infância a terra moça guardou e transmitiu aos seus primeiros filhos [...] a centelha de vida que se cristalisou no espírito ambicioso e progressista dos parnaibanos. Daí talvez a sua história feita de lances grandiosos e homéricos que passaram à posteridade. Simplício Dias [...] é a encarnação da coragem voluntariosa que tem um nobre destino a cumprir (VERAS Apud CORREIA; LIMA, 1945, p. 34-35)

Nessa passagem rica de simbolismos e alusões metafóricas podemos encontrar elementos argumentativos que aludem a uma mitológica fundação absolutamente marcada pelas insígnias de gênero: de um lado os gestos e espíritos varonis e civilizacionais ativos dos bandeirantes exploradores, de outro uma terra feminina, natural, moça, passiva, virgem, maternal e receptiva à derrubada de suas matas, à sua fertilização forçada e até mesmo escravização para assim gestar e transmitir progresso a seus filhos, descendentes dessa celebrada espécie de “estupro primordial”. Estabelece-se um “nobre destino a cumprir”, deixando implícita uma metafísica de reverberações e continuidades desses atos fundacionais a seus conterrâneos descendentes que herdariam esse espírito desbravador. Tal como uma legítima genealogia da cidade e dos cidadãos, o prefeito conclama a imagem de Simplício Dias¹ como um dos vértices de transmissão desses valores de destemor, coragem e dominação sob a feminina natureza, sendo simultaneamente herdeiro e transmissor desse ímpeto bandeirante a conduzir Parnaíba aos rumos da civilização. Tal protagonismo progressista e civilizatório seria absolutamente compatível com os prenúncios de governos federais e estaduais virilizados, emanado pelos nomes do “Sr. Presidente Getúlio Vargas, que se impoz perante à Nação, como um exemplo genial de chefe [e o interventor Leônidas Melo] varão ilustre, cuja vida devotada exclusivamente à administração do Estado” (VERAS Apud CORREIA; LIMA, 1945, p. 37). Se o teor de gênero no discurso do prefeito Mirocles Veras possui uma tonalidade metafórica, no do interventor é bastante literal: seguindo o argumento do espírito

1 A imagem de Simplício Dias da Silva possui valor simbólico e masculino inigualável na cidade de Parnaíba, sua participação nas movimentações independentistas da primeira metade do XIX lhe gerou fama de herói pátrio. Alguns memorialistas locais utilizam o argumento de que sua efígie masculina seria espelhada à glória e virilidade de seus concidadãos.

varonil transmitido aos descendentes o Leônidas ressalta “um mesmo traço de caráter, indelével e forte, passando indestrutível de geração a geração se encontra no homem de ontem como no homem de hoje” (MELO Apud CORREIA; LIMA, 1945, p.29). A esses traços são elencados aqueles atribuídos aos chefes políticos: “Governar nestes tempos não é só administrar [...] É enfrentar a tempestade humana, mais destruidora e brava que a dos oceanos. E é enfrentá-la com a coragem da sabedoria, da paciência, da magnanimidade e da previsão, virtudes indispensáveis aos homens de governo” (MELO Apud CORREIA; LIMA, 1945, p.29-30). Em sequência a essa ode às características viris da administração pública, especialmente em épocas de Guerra Mundial, o interventor marca o elemento de gênero ao cumprimentar, também:

a mulher parnaibana num abençoado exemplo de virtudes e patriotismo, pela bondade de seu grande coração, pela suavidade de seu compadecimento, realiza o milagre de transformar o óbulo recebido, no carinho que conforta e no amparo que não humilha nem constrange [...] pedindo benção aos céos para os seus lares felizes (MELO Apud CORREIA; LIMA, 1945, p.32)

Esse argumento ressalta exatamente a concepção de instâncias generificadas de poder tão comentadas por teóricas feministas como Michelle Perrot (1991), a saber, uma esfera pública que pressupõe atividades exclusivamente masculinas, especialmente elencada pelos traços de personalidade viris exibidos pelos bravos homens que desde a fundação da cidade se esforçam no sentido de levar essas terras moças e virgens à força no caminho do progresso. Já às mulheres, como em boa parte da narrativa moderna-ocidental, são relegadas à esfera privada do lar e às características de suavidade, compadecimento, carinho, conforto e amparo, como uma dádiva de candura e docilidade frente ao oposto masculino que governa e administra assim como o faz um capitão frente à mais severa das tempestades humanas. Em suma, essa homenagem à mulher parnaibana comprova que quando os referidos políticos atribuem o progresso aos homens de Parnaíba não estão se referindo a um pretense sujeito universal generalizante que abrange todos os animais partícipes da espécie humana, pelo contrário, estão a se referir exclusivamente aos indivíduos masculinos portadores de traços de personalidade especificamente viris de coragem, desbravamento e empreendimento, pilares para o desenvolvimento de uma modernização civilizatória e progressista.

Por fim, o interventor articulou simbolicamente toda sua discursividade estadonovista: “nos últimos quinze anos o ritmo de progresso se acelerou e o esforço do homem frutificou em benefícios maiores [...] resultado da política sábia e clarividente do grande Presidente Getúlio Vargas [...] graças a isso o Brasil progride” (MELO Apud CORREIA; LIMA, 1945, p.33). Esse argumento era um padrão na época –em alguns casos ainda se mantém no imaginário social

contemporâneo – que costumava considerar todo o progresso nacional ou o êxito das políticas estaduais como dádiva pessoal e fruto das qualidades individuais do governante da nação. Isso significa que a organização das majoritárias minorias sociais, o esforço dos agrupamentos coletivos, os mais complexos fatores socioambientais, conjunturas internacionais, oscilações econômicas, nada disso contava no cálculo dos méritos decorrentes de eventuais e pretensas bonanças, pelo contrário, apenas um homem com qualidades de chefia seria suficiente para mover o país para os rumos do progresso tal como um fertilizante, que penetra, domina, emprenha, nutre o solo e, por meio de seus esforços pessoais, “frutificou” o progresso sociopolítico e o desenvolvimento econômico².

Foi significativa a capacidade do *Livro do Centenário* em desdobrar o poder centralizado de uma chefia única em uma cadeia de poderes descendentes, estabelecidos correlacionalmente por meio de um efeito cascata em que o prestígio e as qualidades de administração nacional seriam amplificadas nas esferas estaduais por meio de seus interventores e nas esferas municipais com seus prefeitos. Além disso, o *Livro do Centenário* estabelece que essa rede de influências transpassa a administração pública e alcança também a esfera das grandes famílias.

Praticamente o restante das páginas daquela publicação são dedicadas à nomeação e homenagem de outros tipos de chefes: os homens de famílias abastadas que, segundo tal argumentação, contribuem ativamente para que a cidade ocupe essa presumível posição de destaque no cenário estadual e, quiçá, nacional. Essa publicação - repleta de imagens, ilustrações e fotos familiares – demonstra uma percepção social de que as personalidades dos homens que assumem os poderes públicos da política e privados da economia são diretamente proporcionais ao status do país/cidade em escala de desenvolvimento e progresso. Em outros termos, maleabiliza-se a imagem estadonovista de um chefe único a alcançar os destinos da nação ao incluir, além dele, os chefes de

² Diga-se de passagem que, levando em consideração o contexto de guerra mundial e de arrefecimento de exportações extrativistas no Piauí, podemos compreender a década de 1940 como um período de declínio econômico para a cidade de Parnaíba, ao contrário do pujante progresso tal como declarado pelo interventor. Isso demonstra uma certa distância entre a cidade dos discursos e aquela das práticas, por isso muitas vezes se atribui à Parnaíba de meados do século XX o esplendor de uma metrópole, no auge de sua *belle époque*. Na posição presentista se torna bastante impreciso o julgamento do desenvolvimento ou não da cidade, especialmente se comparada com as pequenas cidades circundantes e o contexto geral do Brasil no período. Por outro lado, nos importa compreender que a cidade dos discursos e a cidade das práticas se mesclam e hibridizam, afinal de contas, os discursos possuem a característica de atribuir significados às ações humanas, de forma a projetar interpretações, sentimentos e anseios. Até mesmo nas passagens em que a pretensa *realidade* das cifras econômicas podem contradizer o conteúdo dos discursos, podemos compreender muitas significações com tais discursividades uma vez que demonstram anseios, argumentos, engenhosidades e lógicas que permeavam os imaginários políticos da época, ossificando-se de maneira tão perene que até lançaram ecos até aos dias atuais. Portanto, a evocação de uma Parnaíba rica, luminosa e civilizada não pode ser vista apenas sob a perspectiva da falsificação, maquiagem ou ideologização daquela realidade histórica. Pelo contrário, representa uma estratégia argumentativa que sustentavam estruturas de poderes (que como tais se amparam tanto em esferas materiais quanto discursivas) e acabam impactando na própria compreensão, planejamento e ação sob os destinos da cidade.

BOTTON, Fernando Bagiotto. Escalas de poder: masculinidades, política e progresso no nordeste brasileiro dos anos 1940.

famílias abastadas da região. Novamente o argumento histórico é mobilizado nessa direção: justamente uma comemoração do centenário da independência de Parnaíba torna-se o grande mote para que outras figuras alusivas do poder familiar das elites locais seja expresso, em especial, pela militaresca e pujante imagem de Simplício Dias da Silva, novamente nomeado como herói, numa reiteração que se origina desde o discurso do interventor alcançando as próprias páginas do *Livro do Centenário*. Sua alcunha é adscrita como protagonista mor dos destinos do progresso da cidade, isso foi imgeticamente apresentado por um viçoso retrato de página inteira com a seguinte legenda: “Simplício Dias da Silva: a mais expressiva figura da história parnaibana – na política, no comércio e na lenda” (CORREIA; LIMA, 1945, p.41). A concatenação desses três elementos (públicos, privados e metafísicos) são articuladores simbólicos muito potentes, uma vez que intercalam no mesmo homem a desenvoltura política que haveria de espelhar nos governantes daquela época junto do êxito comercial que haveria de ressoar das elites parnaibanas que em fins do século XIX e início do XX enriqueceram pelo comércio do gado, da cera de carnaúba, da borracha de maniçoba e demais extrativismos locais (QUEIROZ, 1984). O selo quase sagrado dessa aproximação política-familiar é advindo do manto heroicizante advindo do elemento lendário. Nesse sentido, podemos compreender que Simplício Dias compartilha com os homens de elite regionais um status de grandiosidade naquela publicação, pela própria efigie de conquistador e herói, sendo retratado na mesma posição e vestes do libertador Simón Bolívar. A potencialidade simbólica da imagem conciliadora de Simplício deve ser tomada com atenção, afinal de contas, nenhum outro cidadão recebeu atribuições de libertação estadual e nacional tal como o “herói da independência do Piauí” recebera, ao lado de João Cândido Silva e Miranda Osório. Metáforas aparte, o nome de Simplício Dias intitula uma das principais pontes da cidade, que a conecta com o município de Ilha Grande, é justamente esse simbolismo conectivo, borrador de fronteiras, facilitador de trânsitos que foi atribuído à sua atuação, não apenas de comerciante e governante, mas também herói da independência, a impactar o passado regional, estadual e nacional. Esse trânsito entre esferas espaciais de poder abre caminho para que sua influência seja articulada, em grau de relevância, à das elites locais, expressas pelas famílias de comerciantes e extratores que, segundo o *Livro do Centenário*, haveriam de ser os principais e verdadeiros responsáveis pela prosperidade econômica, social e política da cidade de Parnaíba. Por tal argumento, e muito provavelmente em ressonância à discursividade das elites da época, a autoridade de Getúlio Vargas seria inquestionavelmente soberana no auge de suas atribuições centralizadoras, o que gera concordância direta à cartilha cívica estadonovista e o alinhamento coronelista às estruturas de poderes nacionais que instituíam as vitórias eleitorais, as distribuições de recursos e até mesmo o peso político e simbólico daqueles que os apoiavam (LEAL, 2012). Porém, essa autoridade é diretamente articulada aos poderes locais

BOTTON, Fernando Bagiotto. Escalas de poder: masculinidades, política e progresso no nordeste brasileiro dos anos 1940.

das importantes famílias que historicamente haveriam de construir as bonanças da cidade enquanto chefes-heróis-comerciantes como a “lenda” emanada por Simplício Dias. O principal cimento a conectar tais ideários é o da masculinidade.

Homens de letras e números: o progresso como símbolo da masculinidade.

Essa reiterada citação de Simplício Dias no livro e sua exaltação como herói-comerciante abre as portas para um tipo de estruturação simbólica simultaneamente heterogênea e integrada àquela expressa pela centralização política de Getúlio Vargas: heterogênea por criar outros tipos de hierarquias de poder, ramificadas e absolutamente mais antigas que a ascensão de Vargas ao poder, trata-se da presença marcante das famílias tradicionais da elite comerciária e extrativista da cidade que formava seus homens ilustres em outras cidades como Rio de Janeiro ou Recife, em sua grande maioria bacharéis e militares, que retornavam à cidade para assumir postos de trabalho/poder estratégicos como a medicina, a advocacia, os cargos públicos de alta patente e, junto deles, posições políticas importantes. Esse padrão biográfico é repetido infinitesimalmente no *Livro do Centenário* e demonstra um interesse gigantesco das elites parnaibanas em deixar a marca de seus sobrenomes nos anais históricos da cidade e, simultaneamente, acoplá-los à estrutura hierárquica de poderes emanada pelo discurso estadonovista. É nesse sentido que o livro comemorativo demonstra seu extenso interesse em seguir a tradição eclético-romântica brasileira de exaltação de homens ilustres, tal como bem estudado por Armelle Anders (2000). Herdeiro dessa tradição oitocentista o livro dedica vinte e nove páginas com retratos e minibiografias de personalidades restritivamente masculinas consideradas fundamentais para o progresso da cidade, tais como médicos, advogados, professores, coronéis e embaixadores, em sua totalidade, descendentes de grandes famílias regionais portadores de renomados sobrenomes como Bacelar, Castelo Branco, Veras, Clark, Jacob dentre outros. Em grande parte dos casos, comprova-se a relevância do vulto homenageado com insígnias como as do Farmacêutico Raul Furtado Bacelar: “Homem de estudo e pensamento” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 118) ou do Coronel Epominodas Castelo Branco: “Homem bom, amigo dos seus amigos, goza de grande estima e simpatia em todo o Estado” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 119). São referências de uma publicação que faz questão de demonstrar os status de preponderância política, econômica, cultural e social daqueles “homens” para a cidade.

Essas microbiografias não apenas buscam exaltar posições sociais de destaque aos homens de elite, mas também visam comprovar matematicamente tais preponderâncias ao alinhar, ao lado dessas mesmas páginas laudatórias, os dados numéricos detalhados de toda produção, exportação, comércio e demais rendimentos da cidade. Desta forma, se os retratos e biografias desses ilustres homens são graficamente publicados em paralelo como comprovantes de nobreza, valor e prestígio,

então as cifras do pretenso progresso econômico das cidades alinhadas aos nomes masculinos significam as pretensamente evidências da ação de tais homens nos “destinos da cidade”, como ecos dos pioneiros empreendimentos bandeirantes que trouxeram o progresso e o desenvolvimento. É necessário enfatizar que a abundância dessas cifras não é publicada como sinônimo de uma ação coletiva ou do esforço conjunto do povo parnaibano como um todo, pelo contrário, é concebida como fruto direto da vontade individual, viril e pessoal desses ilustres homens que tomaram ações corajosas e desbravadoras na produção e comercialização industrial, animal e extrativista. Em uma palavra, a união entre os textos escrito, visual e matemático convergem no sentido de relegar aos homens das elites parnaibanas o protagonismo pelo progresso da cidade, numa exaltação da tríade poder-masculinidade-progresso que muitas vezes até mesmo destoa até mesmo da tão reiterada narrativa estadonovista centralizadora.

Por breves passagens a discursividade das elites regionais contrasta com as palavras do interventor federal que atribuiu única e exclusivamente à Vargas as insígnias do progresso econômico e social brasileiro. Não se trata de uma contradição, muito menos uma competição argumentativa, mas antes uma continuidade simbólica paralela entre distintas esferas hierárquicas de poder e masculinidade. Se na esfera nacional Vargas seria o grande condutor dos destinos da nação, no plano regional os homens de elite seriam responsáveis pelo progresso da cidade. São esses “homens bons, de estudo e pensamento” (justamente os autores e financiadores de publicações como o próprio *Livro do Centenário*) que por sua virilidade bacharelesca apresentavam-se como impressores dos rumos do desenvolvimento e do progresso da cidade de Parnaíba. Dos 29 homenageados, nenhum deles haveria de ser mulher, trabalhador braçal, homem de cor ou portador de sobrenome externo aos restritos e concêntricos círculos familiares elitistas, que em sua grande maioria exerciam práticas matrimoniais endogâmicas para manter a continuidade das linhagens de poderes locais. Apenas essa perspectiva transversal pode deslindar as tramas de uma estrutura de poder político, econômico, cultural e social que agregavam no mesmo estatuto os valores patriarcais, paternalistas, racistas, elitistas e misóginos. Por tal discursividade, não apenas às mulheres estaria restrito o acesso aos prestígios simbólicos do centenário progresso da cidade, mas também aos demais homens que não orbitavam nesse restrito grupo hegemônico, tais como operários, camponeses, indígenas, afrodescendentes, enfermos e economicamente insignificantes. A eles restaria apenas a insígnia da caridade e benemerência das bondosas famílias de elite, posicionando-os hierarquicamente na esfera de dependentes e devedores de gratidão.

Nesse misto de poderes políticos, econômicos, tradicionais e/ou de gênero emanados por tais homens de letras e números se constitui (ou pretendeu-se constituir) uma continuidade argumentativa entre poderes e hierarquias locais com aqueles emanados e sustentados pelo Estado

Novo e pelos traços de personalidade de seu “chefe”. A coragem do trabalho, a inspiração ao progresso, a predileção pelas letras e pela erudição, a caridade para com os necessitados, a administração provedora, análoga à do pai de família, são os traços comuns evocados e reiterados por aqueles homens que tentavam alçar-se simbolicamente à imagem e semelhança do chefe do Estado Novo. É justamente por isso que o *Livro do Centenário* reserva quatro capítulos para exaltar todo tipo de ação social realizada na cidade, nos exatos moldes da benemerência nacionalmente esbanjada por Vargas. Nessas passagens vemos citada a diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba (da qual o próprio prefeito Mirócles Veras é o inspetor sanitário e chefe da sessão de pediatria), da Maternidade Dr. Marques Bastos (idealizada, construída, fundada e clinicada por, novamente, Mirócles Veras), do Lactário Suzanne Jacob, do leprosário Colônia do Carpina, das instituições de ensino primário e secundário, da Escola Normal, do Ensino Técnico Profissional, dentre outras, todas nomeando a ação providente desses homens de elite que, na preocupação com o provimento e cuidado aos necessitados, buscavam se equiparar aos esforços estadonovistas, mais precisamente, varguistas, de ação social. Para novamente deixar claro o corte de gênero dessas instâncias, devemos contrastar a *Sociedade Feminina de Assistência aos Pobres de Parnaíba* gerenciada pelas esposas desses homens de família (como presidenta foi denominada Alice Barros Vêras e como secretária Henrielle Soter Castelo Branco) além da Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Parnaíba (sendo a presidenta Araci Mendonça Clarck e secretária Maria Stela Bacelar) que se espelhavam na figura feminina da primeira dama Darcy Vargas³ (BARBOSA, 2017). Nesse sentido a assistência social foi tomada como uma linguagem universal que unificou as instâncias de poder das elites parnaibanas, da administração municipal e do regime varguista: “A mais forte característica, porém, do governo municipal de Mirócles Vêras é, sem dúvida, a obra de assistência Social que ele vem realizando, nesta cidade. Todas as associações de assistência - e são muitas - foram criadas, aqui, ou por sua iniciativa ou com a sua colaboração” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 292-293).

Justamente nesse contexto de benemerência que podemos encontrar no *Livro do Centenário* as raríssimas referências às vivências populares ou marginalizadas, enquanto demandantes da bondade de seus senhores, tal como podemos compreender a partir da narrativa de fundação do leprosário da cidade:

3 É importante salientar que a assistência social era geralmente atribuída às esposas das famílias de elite, que simbolicamente espelhavam o gesto da primeira dama Darcy Vargas e sua ação junto à Legião Brasileira de Assistência enquanto extensão feminina do poder de Getúlio Vargas. No intuito de reverberar a política nacional fundou-se uma série de associações assistenciais, apenas em Parnaíba podemos citar: *Apostolado de Caridade de Santa Catarina de Sena*, *Sociedade Feminina de Assistência aos Pobres de Parnaíba*, *Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra*, *Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Parnaíba*.

Foi em 1927, que se cogitou, nesta cidade, da fundação de um Leprosário. E a primeira reunião que se realizou, para a organização de um diretório, teve lugar na residência do Embaixador Frederico Clarck, e por êste naturalmente presidida. Presidente: Dr. Mirócles Campos Vêras. [Disso surgiu] a Colônia do Carpina de hoje, onde vivem tantos doentes, na tristeza da vida infeliz que lhes coube no mundo. (CORREIA; LIMA, 1945, p. 155)

Cumprir notar que, antes de funcionar a Creche, as crianças nascidas no leprosário, minutos depois trazidas para a cidade e entregues aos cuidados de famílias pobres de leprosos, quase sempre morriam à falta de zelo, apesar dos esforços da Sociedade, em lhes prover os necessários alimentos, que, no entanto, não eram bem aproveitados pelas pessoas que delas cuidavam. (CORREIA; LIMA, 1945, p. 228-229)

Textualmente as famílias pobres não fazem parte da “sociedade”, que para ser considerada enquanto tal deveria fundar instituições, distribuir recursos e definir o destino dos infelizes doentes e seus filhos. A “sociedade” nessa acepção significa aqueles e suas esposas que tem o poder de amparar, numa argumentação muito próxima à tônica estadonovista do presidente considerado “pai dos pobres” (GOMES, 1988). Desta forma a constante entre os poderes familiares, municipais, estaduais e federais foi justamente a assistência social amparada na pretensa pujança do progresso econômico, do desenvolvimento urbano, e da masculinidade providente dos homens de elite. Não se trata apenas de um pareamento político entre estruturas hierárquicas de poder, mas, antes de tudo, de uma estruturação moral subjetiva, no sentido de constituir significados sociopolíticos e formas de pertencimento/exclusão à esfera pública, compreendida então como a “sociedade”. Na medida em que as qualidades masculinas dos chefes (de família ou da nação) seriam proporcionalmente equivalentes à do chefe da nação e estes significariam o progresso econômico, a assistência social e o destaque político da cidade/país é que podemos compreender tais valores como amplamente atravessados pelas estruturas de gênero. Nesse processo de equivalência entre masculinidade política, progresso econômico e desenvolvimento social orbitam todos os discursos presentes no *Livro do Centenário*, além das falas políticas e estatutário público da cidade, que vem a corroborar com esse prenúncio: de que a condição básica para a existência do progresso e do desenvolvimento social da cidade depende diretamente do protagonismo dos ilustres homens de família e suas esposas – coextensões de seus poderes e sobrenomes – com o arrogante desprendimento dos gestos largos e varonis herdados desde os primeiros desbravadores bandeirantes que cravaram seu pendão na terra virgem parnaibana (VERAS Apud CORREIA; LIMA, 1945, p. 34-35). Nessa conexão intrínseca entre a patriarcalismo, elitismo e desenvolvimentismo podemos conceber alguns fios mestres da trama de poderes hierárquicos que se estabeleceram naquele contexto, e que, talvez, tenham legado heranças indelévels às subjetivações políticas regionais. Tal pareamento de poderes repercute naquilo que passaremos a conceituar enquanto masculinidade hegemônica.

Masculinidades geograficamente hegemônicas.

Poucos estudos que abordaram teórico-conceitualmente o gênero masculino não se relacionaram, crítica ou afirmativamente, com o famoso conceito de *masculinidade hegemônica* formulado pela historiadora e socióloga australina Raewyn Connell. Sua abordagem marcou época a partir dos anos 80 do século passado por apresentar uma perspectiva concisa para a reflexão sobre o gênero masculino alternativamente à questionada teoria dos papéis sociais. Partindo de inspirações psicanalíticas, gramscianas e feministas negras Connell buscou definir o conceito enquanto “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 1995, p. 188), com ênfase nessa palavra “prática”, assumindo pretensões de compreender relações humanas em ato (não necessariamente discursivas ou simbólicas) o conceito buscou constituir a noção de que as formas de constituição da masculinidade são social e historicamente múltiplas, no sentido de que existiriam várias categorias de masculinidades em diferentes épocas, sendo uma delas considerada hegemônica e as demais relacionalmente periféricas: subalternas, concorrentes, derivativas, etc. Nesse sentido, podemos classificar a sequência entre virilidade público-privada (patriarcalismo), progresso econômico (desenvolvimentismo) e benemerência social (paternalismo) como elementos constituintes de uma masculinidade hegemônica na Parnaíba estadonovista. Porém, essa discussão pode ser mais aprofundada uma vez que a teoria passou por uma série de críticas (WHITEHEAD, 2002) que permitiram a Raewyn Connell e James Messerschmidt lançarem uma releitura intitulada *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito* (2013). Na ocasião reafirmaram a aplicabilidade da teoria, mas também reformularam muito das estruturas rígidas da conceituação anteriormente constituída, incorporando novas propostas bastante ancoradas nas experiências empíricas realizadas por uma série de pesquisadores que se apropriaram do conceito. Num intuito de flexibilização Connell e Messerschmidt abandonaram quaisquer pretensões universais das masculinidades hegemônicas/periféricas para assim permitir que a empiria e as distintas contextualidades regionais/culturais as definam de maneira mais plural e contingencial. Se originalmente as masculinidades hegemônicas já abarcava a multiplicidade em espectro temporal/histórico, nessa releitura lançaram novas possibilidades interpretativas a partir da noção de “geografia das masculinidades”, estabelecendo esferas espaciais para a compreensão dos fenômenos constitutivos de “masculinidades hegemônicas”, que passaram ser classificadas a partir das escalas:

1. Local: construídas nas arenas da interação face a face das famílias, organizações e comunidades imediatas, conforme acontece comumente nas pesquisas etnográficas e de histórias de vida;

2. Regional: construídas no nível da cultura ou do estado-nação, como ocorre com as pesquisas discursivas, políticas e demográficas; e

3. Global: construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais, como ocorre com os estudos emergentes sobre masculinidades e globalização.

As ligações entre esses níveis não apenas existem, mas podem ser importantes nas políticas de gênero. Instituições globais pressionam ordens de gênero regionais e locais, ao passo que ordens de gênero regionais fornecem materiais culturais adotados ou retrabalhados em arenas globais e também modelos de masculinidade que podem ser importantes para as dinâmicas de gênero locais.

Consideremos especificamente a relação entre masculinidades regionais e locais. A masculinidade hegemônica no nível regional é simbolicamente representada através da ação recíproca de práticas masculinas locais específicas que têm significância regional (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267).

Nos interessa sobremaneira essa especialização das masculinidades justamente pelo fato de ser de grande valia para as estruturas de poder percebidas no contexto de masculinidade/política parnaibano anteriormente estabelecido. Por meio desse aparato conceitual podemos compreender a conjugação de um ideário global de gênero e masculinidade imputado na noção de “chefia”, que segundo Yves Cohen (2013) é extensivo a todos os regimes políticos, empresariais, institucionais e organizacionais daquele período; aliado a uma conformação nacional representada pelo ideário particular do estadonovismo que erigia uma hegemonia política e, coextensivamente, de gênero no entorno da imagem de Getúlio Vargas; ao passo que também encontramos uma configuração local de hegemonia masculina a partir da idealização da ação individual dos ilustres homens de abastadas famílias da cidade. Nessa relação, podemos conectar microcosmos aos macrocosmos muito pouco estáveis e altamente flexíveis às contingencialidades das relações de poder e hierarquia evocada pelos discursos, práticas e subjetivações da época. É por isso que, nesse contexto específico da Parnaíba dos anos 1940, podemos concordar com as afirmações connellianas ao versarem que “instituições globais pressionam ordens de gênero regionais e locais” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267) afinal de contas, todos estão afinados à noção de chefia, que transpassa a discursividade de praticamente todos os agentes públicos e privados daquele período (COHEN, 2013) incluindo a do chefe da nação, a do interventor federal no estado do Piauí, a do prefeito municipal e a das elites locais que se esforçavam para aumentar seus respectivos capitais simbólicos no exercício de governança e superioridade hierárquica frente aos demais homens e mulheres da cidade: a isso podemos seguramente conceber uma ampla cadeia hegemônica de poderes políticos e de gênero.

Por meio dessa concepção que abrange simultaneamente as espacialidades locais, regionais e globais podemos compreender a diversidade dos projetos de hegemonia de gênero e de poder em convivência e competição. Esse elemento regional aplicado em interpretações sobre os poderes

BOTTON, Fernando Bagiotto. Escalas de poder: masculinidades, política e progresso no nordeste brasileiro dos anos 1940.

locais nos parece muito útil para que possamos comparar pesquisas análogas, como exemplo podemos levar em consideração a tese de Durval Muniz de Albuquerque Junior quando estuda a constituição do gênero masculino no nordeste dos anos 1920 a 1940. Na ocasião o autor compreende a invenção política, literária e social de um protótipo subjetivo compreendido como “nordestino cabra macho” eugênico, telúrico e rústico. Tal subjetividade foi criada de forma relacional às múltiplas instâncias regionais, articulando a imagem rústica do sertão à das elites coloniais pernambucanas, alagoanas e cearenses. O próprio autor é prudente ao comentar que “o termo nordestino aparece para nomear [...] com menos frequência, os habitantes do Piauí e do Maranhão” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003, p. 149).

Se pensarmos nessa perspectiva espacial, podemos constatar que existem padrões distintos de *nordestes* distintos: as elites da costa norte não carregavam os mesmos ideários masculinos do litoral oeste nordestino. Enquanto os pernambucanos lamentavam a perda de sua virilidade colonial e aquilo que compreendiam como uma “feminilização dos costumes” em nome da modernidade, os parnaibanos articulavam muito bem as idealizações resilientes da república velha – em que o sobrenome familiar constituía a ontologia daqueles seres – com as modernas doutrinações políticas de um Estado Novo, absolutamente comprometido com as imagens do progresso, do desenvolvimento técnico e do urbanismo modernista que se instituem por uma liderança política viril, pujante e simultaneamente paternal, responsável tanto pelo provimento e desenvolvimento do lar/nação como ao amparo social aos pobres e menos necessitados. Essa distância de ideários demonstra que até mesmo o “Nordeste” e suas subjetivações políticas e de gênero são plurais, em alguns casos até contrapostas, se comparadas suas distintas regionalidades. Essa é apenas uma das vias possíveis para compreendermos a eficácia teórica da utilização de perspectivas históricas que aliam gênero, política e regionalidades interconectadas com escalas nacionais e internacionais de poder. É importante frisar que essa “masculinidade hegemônica” interpretada na correlação Parnaíba-Piauí-Brasil pode ser distinta e pluralizada se variada a espacialidade e/ou a contextualidade, porém, é válido concebermos essas narrativas e simbologias como um fenômeno amplo, que aliam o progresso à masculinidade, bem como, a atuação socioeconômica das elites locais em pretensa sintonia com os valores políticos e de gênero da ordem nacional estadonovista e subsequente.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: Uma invenção do Falo. Uma História do gênero masculino (Nordeste 1920-1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

BARBOSA, Michele Tupich. *Legião brasileira de assistência (LBA): o protagonismo feminino nas*

BOTTON, Fernando Bagiotto. Escalas de poder: masculinidades, política e progresso no nordeste brasileiro dos anos 1940.

políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946). 2017. Doutorado (Programa de Pós-graduação em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

COHEN, Yves. *Le siècle des chefs. Une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890-1940)*. Paris: Éditions Amsterdam, 2013.

CONNELL, Raewyn/Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, Abr. 2013.

CONNELL, Raewyn/Robert. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*, vol. 20, n. 2, Porto Alegre, 1995.

CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos (Org.). *O Livro do Centenário de Parnaíba: estudo histórico, corográfico, estatístico e social do município de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945.

ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro": A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Revista Estudos Históricas*, v. 14, n. 25, Rio de Janeiro, p. 41-62, jul. 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo. Formação do Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Vértice, 1988

HAROCHE, Claudine; CASTEL, Robert. *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*. Paris: Fayard, 2005.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 121-186, 1991.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí: 1900 – 1920*. 1984. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

WHITEHEAD, Stephen. *Men and Masculinities: key themes and new directions*. Cambridge: Polity, 2002.